

## Considerações finais

A conclusão da presente pesquisa pode considerar quatro eixos fundamentais que levam à compreensão dos fatores limitantes do exercício da luta política no bairro em foco em relação à localização e funcionamento da empresa Ciclus.

A primeira questão a ser compreendida é o caráter multiescalar contido nessa resultante espacial. As ETR surgiram a partir da necessidade de projetos de modernização, que sejam adequados ao arquétipo do planejamento e da gestão das políticas públicas para resíduos sólidos instituídas nas três esferas governamentais. Assim, é importante pensar multiescalarmente, já que a Ciclus, para além de sua materialidade é o resultado de demandas multiescalares inerentes à área de saneamento básico, meio ambiente e saúde pública de forma compartilhada com as escalas subnacionais.

O segundo atributo relacionado à implementação da ETR Ciclus é que ela é o resultado de demandas políticas de planejamento que evocam juridicamente a sustentabilidade urbana, através de propostas de manejo, armazenamento e logística que se pretendem gerencialmente eficientes e equitativos na promoção de bem-estar social e saúde ambiental, além ser uma alternativa economicamente viável para o efetivo reaproveitamento dos resíduos e atração dos geradores dos mesmos, assumindo responsabilidades compartilhadas com o poder público.

Uma terceira característica é que tais projetos se apresentam contraditórios no âmbito da gestão, pois a implementação desses fere os mesmos princípios jurídicos de sustentabilidade no espaço, causando transtornos ambientais e prejudicando a saúde da população local. Nesse caso, a gestão resultou na tensão entre o projeto e os vários grupos envolvidos. De acordo com Baptista (2013), políticas como a da PNRS devem ser reconhecidas por todos os atores envolvidos, para que haja uma efetiva participação dos beneficiados por ela.

Dessa forma, o planejamento que ressalta a importância e a eficiência das políticas ambientais e de saneamento – como mecanismos que devem ter por função se desenvolver de forma sustentável, valorizando a qualidade ambiental, a

promoção da qualidade de vida, de saúde e social – são prejudicadas pelos paradoxos da gestão, que em sua efetivação se mostram inócuas na correção dos problemas já existentes, até mesmo agravando-os.

A materialização da Ciclus está relacionada aos equívocos na gestão podendo se sobrepor ao bem estar da população e produzindo. A gestão contraditória de serviços tão básicos, fundamentais e perigosos como os resíduos sólidos, significa dessa forma, um limite imposto pelo próprio poder público à qualidade de vida, produzindo assim ‘corpos doentes’ no lugar.

Quando tais projetos se mostram malogrados também no âmbito da fiscalização e regulação por parte do Estado e dos grupos sociais, esvazia-se a organização social que luta por direitos, reforçando-se a descrença e a imobilidade sociopolítica que cria posturas de resignação por parte dos atingidos.

A quarta proposição é que o baixo grau de participação dos atores locais nas decisões sobre os projetos políticos tornam ainda mais precárias as resultantes espaciais na qualidade de vida dos moradores. Com base nas discussões teórico-conceituais ao longo da pesquisa, a participação política possibilita o contato mais direto dos cidadãos com as instituições públicas, possibilitando que estas considerem os interesses e concepções político-sociais daqueles no processo decisório.

O que é conhecido como participação popular hoje no Brasil tem muito mais caráter “comunicador” das decisões políticas e técnicas dos poderes públicos e privados para os cidadãos do que uma forma efetiva de participação, que reconheça a população como sujeito direto da elaboração dos projetos. Assim, o diálogo entre população e poder público apresenta discurso muito mais ligado aos que vários autores chamam de “pseudoparticipação”.

O limitado poder de reivindicação, causado pela falta de uma cultura participativa, agrava ainda mais a precariedade desses espaços, principalmente no que se refere às condições de habitação, infraestrutura, saneamento básico e, conseqüentemente as condições ambientais e de saúde da população.

É contraditória a noção de “sustentabilidade” e suas formas espaciais, “cidades sustentáveis” e “bairros sustentáveis”, sem se discutir as necessidades inerentes aos grupos sociais e suas diferenças. Pensar em modernização de políticas inclui prezar pela saúde humana e o bem estar ambiental, premissas legais que se não forem consideradas na gestão de quaisquer serviços públicos, não podem ser considerados sustentáveis.

Sobre as condições de qualidade de vida no bairro apresentadas nesse trabalho, a partir seu do contexto histórico e espacial, aliados aos relatos em campo, é importante refletir sobre a necessidade de serem corrigidos os equívocos de gestão relacionados à permanência de problemas típicos de uma região que desde sua refuncionalização espacial, vem mesclando o caráter industrial e habitacional, recebendo indústrias de potencialmente poluidoras. Essa forma de gerir o território continuará a levar os habitantes do lugar a percebê-lo sempre como um lócus vazio de qualidade de vida e possibilidades de bem estar social e ambiental.

Tal cenário nos leva ressaltar novamente a importância de efetivas regulação e fiscalização de órgãos públicos, já que são os principais promotores desses rearranjos espaciais de localização de indústrias e demais empresas. Se uma agência ou órgão fiscalizador assume uma postura baseada na defesa da concessionária ou parceira privada, mesmo comprovadas suas irregularidades como é o caso da COMLURB em relação à Ciclus: esses órgãos reforçam a descrença da população no Estado e desconfiança em relação aos seus projetos.

É imprescindível reconhecer frente ao exposto na coleta de dados sobre qualidade de vida, que o exercício da autonomia e da condição de agente das populações locais, notadamente nas áreas mais pobres, passa por acesso a serviços sociais, principalmente os relacionados às ofertas de sistemas educacionais de qualidade.

Sobre o grupo classificado nessa discussão como ‘grupo que resiste’ é perceptível que ele se dissolveu. A sua coesão como coletivo perdeu força, principalmente por perceberem que era necessário que um número maior de moradores mobilizados, e os mesmos apesar de terem sido atingidos, não se

comprometeram a integrar o movimento que aumentasse a força das reivindicações locais. A solução encontrada por alguns moradores foi a saída do bairro. Os moradores que não têm a possibilidade de se deslocar para outras áreas, continuarão recebendo os transtornos em suas casas e nos seus corpos.

Nesse sentido, Honório Gurgel é um bairro localizado em meio a dois projetos que se cruzam: O reforço ao projeto pretérito do espaço industrial e do potencial logístico dessas áreas pelas vias de acesso presentes no local, para implantação de equipamentos de manejo e transferência de resíduos sólidos.

Por outro lado, projetos de reforma infraestruturais que buscam acompanhar os planos de extensionamento de locais voltados ao lazer e entretenimento se encontram com projetos de extensão de vias que ligam importantes pontos da região metropolitana, auxiliando também na otimização logística necessária à gestão de resíduos sólidos no espaço carioca metropolitano.

Cabe indagar entre tantos projetos, qual o lugar do efetivo cumprimento dos direitos pelo Estado em relação aos diferentes grupos sociais no que tange ao viver com qualidade, na defesa do meio ambiente e da saúde pública.